
Ventos do Sul
Energia S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Ventos do Sul Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos do Sul Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

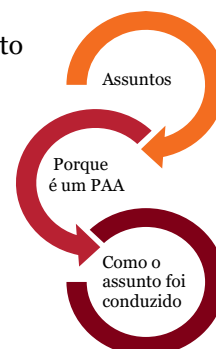
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Reconhecimento da receita

Conforme descrito nas Notas 2.10 e 16 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia decorre substancialmente da venda de energia elétrica, sendo reconhecida quando esta é fornecida para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desse fornecimento, com base no volume gerado no período e na tarifa especificada nos contratos de fornecimento.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria em virtude da relevância dos valores envolvidos sobre o registro contábil da receita e contas a receber no processo de reconhecimento da receita da Companhia.

Para responder a esse principal assunto de auditoria, nossos procedimentos incluíram, entre outros, o entendimento e a avaliação do desenho dos controles internos relevantes determinados pela Administração da Companhia para mensurar o montante da receita a ser reconhecida nas demonstrações financeiras.

Comparamos a receita reconhecida com as informações de geração de energia e preço contratadas com o cliente e recalculamos as receitas baseadas nas cláusulas contratuais e nos dados obtidos de fontes oficiais externas.

Nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas notas explicativas.

Com base nos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e nas evidências de auditoria obtidas que suportam nossos testes, consideramos que os critérios de reconhecimento de receita adotados pela Administração da Companhia e as respectivas divulgações são razoáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Ventos do Sul Energia S.A.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Ventos do Sul Energia S.A.

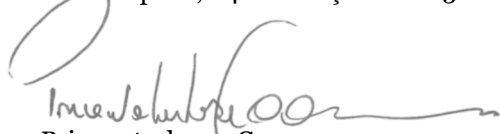
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Florianópolis, 24 de março de 2025



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SC000160/F-5

Leandro Sidney Camilo da Costa
Contador CRC 1SP236051/O-7

Relatório da Administração

Os comentários de desempenho estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Análise de resultados

Ventos do Sul Energia S.A

No quarto trimestre do exercício de 2024 o lucro líquido foi de R\$ 30.186, representando uma redução de 21% (R\$ 7.821) quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, no qual o montante registrado foi de R\$ 38.007.

No período acumulado de doze meses findo em dezembro de 2024 o lucro líquido apurado foi de R\$ 96.152, representando um aumento de 6% (R\$ 5.461) quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, no qual o montante apurado foi de R\$ 90.691.

	12 Meses			4° Trimestre		
	2024	2023	AH%	2024	2023	AH%
RECEITA BRUTA DE VENDAS	247,781	251,087	(1%)	60,345	88,185	(32%)
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA						
Impostos incidentes sobre vendas	(22,904)	(23,105)	(1%)	(5,582)	(8,130)	(31%)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	224,877	227,982	(1%)	54,763	80,055	(32%)
Custo da operação	(71,346)	(81,513)	(12%)	(7,362)	(21,611)	(66%)
LUCRO BRUTO	153,531	146,469	5%	47,401	58,444	(19%)
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS						
Gerais e administrativas	(8,349)	(5,501)	52%	(3,993)	(1,098)	264%
Outras receitas operacionais, líquidas	4,572	5,923	(23%)	-	1,470	(100%)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	149,754	146,891	2%	43,408	58,816	(26%)
Receitas financeiras	8,495	10,531	(19%)	2,260	2,525	(10%)
Despesas financeiras	(13,576)	(20,528)	(34%)	(3,034)	(4,265)	(29%)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	144,673	136,894	6%	42,634	57,076	(25%)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL						
Corrente	(50,083)	(46,513)	8%	(13,489)	(19,200)	(30%)
Diferido	1,562	310	404%	1,041	131	695%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	96,152	90,691	6%	30,186	38,007	(21%)
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO	0.68	0.64	6%	0.21	0.27	(21%)
Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA						
Lucro Líquido	96,152	90,691	AH%	30,186	38,007	AH%
Depreciação e amortização	15,780	20,230	(22%)	10,387	15,174	(32%)
Resultado Financeiro	5,081	9,997	(49%)	3,933	8,095	(51%)
Imposto de renda e Contribuição Social	48,521	46,203	5%	34,713	34,838	(0%)
EBITDA	165,534	167,121	(1%)	79,219	96,114	(18%)
Margem EBITDA	73.6%	73.3%		144.7%	120.1%	

Receita Bruta

A receita bruta registrada no quarto trimestre de 2024 foi de R\$ 60.345, representando uma redução de 32% ou R\$ 27.840, quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, quando o montante registrado foi de R\$ 88.185.

No período acumulado de doze meses findo em dezembro de 2024 a receita bruta apurada foi de R\$ 247.781, representando uma redução de 1,3% ou R\$ 3.306, quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, no qual o montante registrado foi de R\$ 251.087.

Deduções da receita Bruta

O total de deduções da receita bruta registradas no quarto trimestre de 2024 foi de R\$ 5.582, representando uma redução de 31% ou R\$ 2.548, quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, quando o montante registrado foi de R\$ 8.130. No período acumulado de doze meses findo em dezembro de 2024 o montante registrado foi de R\$ 22.904, representando uma redução de 0,9% ou R\$ 201, quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, no qual o montante registrado foi de R\$ 23.105.

Custo da Operação

O custo de operação registrado no quarto trimestre de 2024 foi de R\$ 7.362, representando uma redução de 66% ou R\$ 14.249, quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, quando o montante registrado foi de R\$ 21.611.

No período acumulado de doze meses findo em dezembro de 2024 o montante registrado foi de R\$71.346, representando uma redução de 12% ou R\$ 10.167, quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, no qual o montante registrado foi de R\$ 81.513.

Gerais e Administrativos

Os gastos gerais e administrativos registrados no quarto trimestre de 2024 foram de R\$ 3.993, apresentando um aumento de 264% ou R\$ 2.895, quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, quando o montante registrado foi de R\$ 1.098.

No período acumulado de doze meses findo em dezembro de 2024 o montante registrado foi de R\$ 8.349, representando um aumento de 52% ou R\$ 2.848, quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, no qual o montante registrado foi de R\$ 5.501.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido registrado no quarto trimestre de 2024 se apresentou negativo em R\$ 774, representando uma redução de 39% ou R\$ 966, quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, quando o montante registrado foi de R\$ 1.740. No acumulado do período de doze meses findo em dezembro de 2024 o montante registrado também foi negativo em R\$ 5.081, representando uma redução de 53% ou R\$ 4.916, quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, no qual o montante registrado foi de R\$ 9.997.

Contribuição Social e Imposto de Renda

As despesas com tributos sobre o resultado no quarto trimestre de 2024 somaram R\$ 12.448, representando uma redução de 665,1% ou R\$ 6.621, quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, quando o montante registrado foi de R\$ 19.069. No período acumulado de doze meses findo em dezembro de 2024 o montante registrado foi de R\$ 48.521, representando um aumento de 411,6% ou R\$ 2.318, quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, no qual o montante registrado foi de R\$ 46.203.

EBITDA

O EBITDA (Lucro líquido excluindo os efeitos da depreciação, amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) apurado no quarto trimestre de 2024 foi de R\$ 79.219, representando uma margem EBITDA de 144,7% em relação a receita líquida. Quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, o mesmo apresentou uma redução R\$ 16.895, período no qual o montante apurado foi de R\$ 96.114. No período acumulado de doze meses findo em dezembro de 2024, o montante registrado foi de R\$ 165.534, representando uma margem EBITDA de 73,6% em relação a receita líquida. Quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, o mesmo apresentou uma redução R\$ 1.587, período no qual o montante apurado foi de R\$ 167.121.

VENTOS DO SUL ENERGIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



ATIVO	Notas	31/12/2024	31/12/2023	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	31/12/2024	31/12/2023
	explicativas				explicativas		
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	32.143	27.031	Fornecedores		3.001	1.382
Contas a receber de clientes	6	26.820	35.924	Contas a pagar - PROINFA	10	79.067	82.943
Aplicações financeiras vinculadas	7	33.751	-	Debêntures	11	62.818	56.516
Despesas antecipadas		6.388	856	Impostos a recolher		3.944	2.711
Impostos a recuperar		1.062	-	Provisão IRPJ e CSLL		-	5.319
Outros créditos		2.892	4	Partes relacionadas	20.1	1.426	1.541
Total		103.056	63.815	Dividendos a pagar	20.2	48.076	43.078
				Outras obrigações		-	887
				Passivos de arrendamentos	13	466	37
				Total		198.798	194.414
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras vinculadas	7	-	35.241	Debêntures	11	-	62.590
Outros créditos		-	76	Passivos de arrendamentos	13	4.089	4.363
IRPJ e CSLL diferidos	8	1.842	2.195	Provisão para desmobilização	9.3	24.766	23.888
Arrendamentos	13	3.788	3.782	Provisão para contingências	14	1.674	1.634
Investimentos		-	57	Total		30.529	92.475
Imobilizado	9	234.591	247.597	Total do Passivo		229.327	286.889
Total		240.221	288.948				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	15	35.548	35.548
				Reservas de lucro	15	78.402	30.326
				Total do patrimônio líquido		113.950	65.874
TOTAL DO ATIVO		343.277	352.763	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		343.277	352.763

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VENTOS DO SUL ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	Notas explicativas	2024	2023
RECEITA BRUTA DE VENDAS		247.781	251.087
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA			
Impostos incidentes sobre vendas		(22.904)	(23.105)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	16	224.877	227.982
Custo da operação	17	(71.346)	(81.513)
LUCRO BRUTO		153.531	146.469
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	18	(8.349)	(5.501)
Outras receitas operacionais, líquidas	18	4.572	5.923
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		149.754	146.891
Receitas financeiras	18	8.495	10.531
Despesas financeiras	18	(13.576)	(20.528)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		144.673	136.894
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	8		
Corrente		(50.083)	(46.513)
Diferido		1.562	310
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		96.152	90.691
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO	19	0,68	0,64

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VENTOS DO SUL ENERGIA S.A.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	96.152	90.691
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>96.152</u>	<u>90.691</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações financeiras.

VENTOS DO SUL ENERGIA S.A.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Reservas de Lucro			Lucros Acumulados	Total
		Capital Social	Reserva Legal	Reserva Especial		
Saldo em 31 de dezembro de 2022		964	193	42.760	-	43.917
Lucro líquido do exercício		-	-	-	90.691	90.691
Aumento de Capital	15.a	34.584	-	(17.104)	(17.480)	-
Destinação de dividendos	15.c.1	-	-	(25.656)	(43.078)	(68.734)
Constituição de reserva especial	15.b.2	-	-	30.133	(30.133)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		35.548	193	30.133	-	65.874
Lucro líquido do exercício	15.c.1	-	-	-	96.152	96.152
Constituição de reserva legal	15.b.1	-	6.917	-	(6.917)	-
Destinação de dividendos	15.c.1	-	-	-	(48.076)	(48.076)
Constituição de reserva especial	15.b.2	-	-	41.159	(41.159)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		35.548	7.110	71.292	-	113.950

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2024	2023
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido do exercício		96.152	90.691
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social	8	48.521	46.203
Crédito de Pis e Cofins	9	(1.437)	(1.437)
Juros sobre a dívida	11	11.620	18.898
Despesas financeiras com desmobilização	9.3	878	339
Despesas financeiras arrendamentos	13.1.b	363	477
Depreciação arrendamento	13	159	202
Amortização desmobilização	9	1.607	219
Depreciação e amortização	9	14.014	19.809
Provisões de riscos tributários		40	(550)
		171.917	174.851
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber de clientes	6	9.104	5.452
Créditos diversos		(3.529)	7
Despesas antecipadas		(5.532)	(36)
Fornecedores		1.619	36
Contas a pagar - PROINFA	10	(3.876)	12.607
Impostos a recolher		(13)	(6.058)
Partes Relacionadas		115	206
Outras obrigações		(887)	69
Caixa gerado pelas atividades operacionais		168.918	187.134
Imposto de renda e contribuição social pagos		(52.594)	(36.762)
Pagamento de juros	11	(9.090)	(16.237)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		107.234	134.135
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	9 e 13	(1.343)	(109)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimento		(1.343)	(109)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de arrendamento	13	(373)	(539)
Pagamento de debentures	11	(58.818)	(55.182)
Pagamento de dividendos	15.c	(43.078)	(68.416)
Aplicações financeiras vinculadas		35.241	803
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(67.028)	(123.334)
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		38.863	10.692
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	27.031	16.339
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	32.143	27.031

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VENTOS DO SUL ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	<u>2024</u>	<u>2023</u>
RECEITAS	252.353	257.010
Vendas de energia	247.781	251.087
Outras receitas	4.572	5.923
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	65.557	64.520
Custos da Operação	57.745	59.313
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	7.812	5.207
VALOR ADICIONADO BRUTO	186.796	192.490
Depreciação e amortização	14.184	20.230
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	172.612	172.260
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	8.495	10.531
Receitas financeiras	8.495	10.531
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	181.107	182.791
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	181.107	182.791
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	71.364	69.309
Federais	71.364	69.309
REMUNERAÇÃO DE CAPITALS DE TERCEIROS	13.591	22.791
Juros	13.576	20.528
Aluguéis	15	2.263
REMUNERAÇÃO DE CAPITALS PRÓPRIOS	96.152	90.691
Dividendos	48.076	43.078
Lucro retido	48.076	47.613

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto operacional

A Ventos do Sul Energia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, categoria B, código de registro na CVM 24767, concedido em 12 de setembro de 2019, com sede e foro na Rodovia José Carlos Daux, 5500, 3º andar, sala 302, Bloco 1, Saco Grande, Florianópolis/SC – CEP 88.032-005, que em 9 de maio de 2005, através de transformação do tipo jurídico de sociedade limitada para sociedade anônima, sucedeu a empresa Enerfin do Brasil – Produtora de Energia Ltda., constituída em 30 de setembro de 2003.

Em 17 de novembro de 2023, a Elecnor S.A., como vendedora, e a Statkraft European Wind and Solar Holding AS, como compradora, celebraram um contrato de compra e venda de ações em relação a 100% do capital social da Enerfín Sociedad de Energía, S.L.U..

A transação foi estruturada por meio da celebração de um contrato de compra e venda de ações em termos e condições usuais para esse tipo de transação (“Contrato de Compra e Venda”).

Em 23 maio de 2024, ocorreu o fechamento da transação de alienação de controle indireto da Companhia já aprovado pelas autoridades brasileiras de concorrência (Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE) através do Despacho SG nº 1670/2023, proferido do Ato de Concentração nº 08700.008587/2023-14 e transitado em julgado em 12 de janeiro de 2024, e por credores, por meio de Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 23 de fevereiro de 2024. Em 01 de outubro de 2024 foi celebrado o contrato de compra e venda de ações na qual a acionista minoritária Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica (CEEE-G) vendeu a totalidade da participação societária detida na Companhia correspondente a 10% do seu capital social para a controladora Rio Sul 1 Energia Ltda. (Rio Sul 1) pelo preço de compra no montante de R\$ 39.809 pago na data de fechamento ocorrida também em 01 de outubro. A controladora Rio Sul 1 passou a deter 90% do controle acionário da Companhia, enquanto a acionista minoritária Wobben Windpower Ind. e Comércio Ltda. continuou com participação de 10% do seu capital.

Hoje, a Statkraft European Wind and Solar Holding AS detém 100% (cem por cento) do capital social da Enerfín Sociedad de Energía, S.L.U. que, por sua vez, detém uma participação indireta de 80% (oitenta por cento) das ações da Companhia.

A Companhia tem como controlador direto a Rio Sul 1 Energia Ltda. (Rio Sul 1), que detém 90% das ações da Companhia. A Rio Sul 1 é uma controlada da Rio Grande Energias Renováveis Ltda. (RGER), a qual detém 100% do seu capital social. A RGER, é uma subsidiária da Enerfín Enervento Exterior S.L.U, a qual detém 100% do seu capital social e possui a Enerfín Sociedad de Energía S.L.U. como acionista controlador. A Statkraft European Wind and Solar Holdings AS detém 100% do capital social de Enerfín Sociedad de Energía S.L.U.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia apresenta a seguinte estrutura societária:

Acionistas	Ações	% de participação
Rio Sul 1 Energia Ltda.	126.867.600	90%
Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda.	14.096.400	10%
	140.964.000	100%

A Companhia tem por objeto principal a geração de energia elétrica proveniente de energia eólica para fins de comércio em caráter permanente, como Produtor Independente de Energia, sem constituir-se em concessionária de serviço público.

Habilitação	Contratos	Local de Geração Município de Osório/RS
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para atuação como Produtora Independente de Energia	Contrato para compra e venda de energia elétrica com a ENBPARG – Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A.	Parque Eólico de Osório composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 29 de junho de 2006
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para atuação como Produtora Independente de Energia	Contrato para compra e venda de energia elétrica com a ENBPARG – Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A.	Parque Eólico de Sangradouro composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 30 de setembro de 2006
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para atuação como Produtora Independente de Energia	Contrato para compra e venda de energia elétrica com a ENBPARG – Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A.	Parque Eólico dos Índios composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 13 de dezembro de 2006

a) Licenças e autorizações

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM, emitiu a Declaração Online de Prorrogação de Licença Ambiental (LO) para a operação dos parques eólicos, indicando o prazo de validade da Licença Ambiental, LO n.º 2879/2020 até 14 de maio de 2025. O documento está disponível no site www.fepam.rs.gov.br.

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, publicou a resolução n.º 692, de 17 de dezembro de 2002, autorizando a Companhia como produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação da central eólica, no município de Osório, estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de trinta anos, a contar da data de publicação no Diário Oficial da União em 18 de dezembro de 2002, seção1, p.72 v. 139, n.244.

b) Contrato PROINFA

O prazo do contrato de compra e venda de energia no âmbito do PROINFA é de 20 anos, encerrando-se em 2026. A partir de junho de 2023, a gestão dos contratos passou a ser feita pela ENBPARG.

1.2. Continuidade Operacional

A Companhia apresentou nas informações financeiras o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 129.493 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 130.600 negativo em 31 de dezembro de 2023) decorrente do contas a pagar - PROINFA conforme descrito na nota 10 e o fluxo de pagamento de debêntures (nota 11).

Com base nas informações indicadas, a Administração avaliou a capacidade da Companhia, e entende que não há risco de liquidez, tendo em vista que a geração de fluxos de caixa futuros decorrente do contrato de fornecimento de energia será suficiente para quitar as obrigações das debêntures, conforme cronograma estabelecido na Escritura de Emissão de Debêntures, bem como a manutenção atual da gestão de seus ativos seja suficiente para dar continuidade às suas operações no futuro. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

2 POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

2.1. Base da preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e com práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações, as quais correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 21 de março de 2025.

2.2. Moeda Funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda principal do ambiente econômico de operação da Companhia, sendo o real sua moeda funcional e de apresentação. Dessa forma, as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber são avaliadas pelo montante original da venda, deduzida de provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando necessário. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.5. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo em separado, conforme apropriado, somente quando provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

A depreciação é calculada pelo método linear, considerando as taxas que representam o valor residual do imobilizado ao fim da autorização com base na vida útil estimada.

2.6. Provisão para desmobilização

As provisões para desmontagem são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. São constituídas provisões desta natureza nos parques de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas futuras com a desmontagem, remoção dos equipamentos e recuperação da área para o seu estado original. Esta provisão é estimada com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos.

2.7. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia avalia se existem indicativos de que o valor contábil de seus ativos sofreu alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver qualquer indicativo, é efetuada uma revisão do valor recuperável para determinar se existe perdas de valor recuperável a serem registradas. Quando não for possível estimar o montante

recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.8. Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque é ajustado por receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias

tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

2.9. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.10. Reconhecimento de receita

A receita é proveniente da venda de energia elétrica gerada, sendo reconhecida quando esta é fornecida para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desse fornecimento, com base no volume gerado no período e na tarifa especificada nos contratos de fornecimento.

2.11. Contas a pagar – PROINFA e contas a receber

Os valores são faturados para os clientes de acordo com os volumes de energia contratados. A Companhia pode em certos períodos gerar energia em quantidade inferior ou superior àquela prevista nos seus contratos de fornecimento, para essa diferença é constituída uma obrigação, quando o volume gerado de energia for inferior a contratada, que é registrada na rubrica

“Contas a pagar - PROINFA” ou um direito, quando o volume de energia for superior a contratada, que é registrado na rubrica “contas a receber”.

O valor registrado na rubrica “Contas a pagar - PROINFA” e “contas a receber” é devolvido ou recuperado no exercício seguinte em doze parcelas iguais, conforme estabelecido em contrato.

2.12. Ativos e passivos financeiros

A Companhia adota os requerimentos do CPC 48 (IFRS 9) para seus ativos e passivos financeiros. A mensuração subsequente de um determinado item depende da classificação do instrumento, que é determinada no reconhecimento inicial e reavaliada anualmente, e considera o modelo de negócio da Companhia para a gestão dos ativos e a análise dos fluxos de caixa contratuais. Os instrumentos consistem em aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, outras contas a pagar.

a) Custo amortizado

Os ativos cujo principal objetivo da Companhia é colher os fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento de principal e juros, e passivos financeiros que são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros.

Atualização monetária, juros e variação cambial, deduzidos de perdas ao valor recuperável (quando aplicável), são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. Os principais instrumentos que a Companhia possui nesta categoria são contas a receber, depósitos e outros créditos, debêntures e fornecedores.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

b) Mensurados ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

2.12.1. Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são

baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.13. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

2.14. Demonstração do Valor Adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Desta forma, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.15. Demonstração dos fluxos de caixa

A Companhia preparou a demonstração dos fluxos de caixa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 pelo método indireto e a apresenta de acordo com a Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – "Demonstração de Fluxo de Caixa".

2.16. Resultado por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias ("ON") e preferenciais ("PN") dos acionistas pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria, nos termos do CPC 41.

O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais dos acionistas pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado, excluídas as ações em tesouraria, nos termos do CPC 41.

2.17. Contratos de arrendamento (“leasing”)

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento e aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração, exceto para arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor individual.

a) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (“impairment”). Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

b) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento, uma vez que a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. O fluxo de pagamentos futuros compreende pagamentos variáveis que dependam de índice ou taxa. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, e remensurado (com correspondente ajuste no direito de uso relacionado) quando há modificação, mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos futuros motivada, por exemplo, por atualizações monetárias, ou alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorrem. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

3 ADOÇÃO DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, ORIENTAÇÕES E INTERPRETAÇÕES E /OU REVISADOS

- CPC 26 (R1) (IAS 1) – “Apresentação das Demonstrações Contábeis”: Em janeiro de 2020, as alterações emitidas pelo IASB especificaram os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. Tais especificações determinaram que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém

cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

- Alteração ao IFRS 16/CPC 06(R2) - Arrendamentos: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa.
- Alterações ao IAS 7/CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements - SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada.
O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.
- IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis - O novo pronunciamento introduz novos conceitos de apresentação e divulgação das demonstrações financeiras. Como principais alterações podemos destacar: i) estrutura da demonstração do resultado; ii) divulgação das medidas de desempenho definidas pela administração em uma única nota explicativa das demonstrações financeiras; iii) Orientações aprimoradas dos princípios de agregação e abertura de informações que se aplicam as demonstrações financeiras e suas notas explicativas. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A norma entra em vigor em 1º de janeiro de 2027, sendo sua aplicação retrospectiva abrangendo, portanto, as informações comparativas.

A Companhia está no processo de avaliação do impacto do novo padrão com relação à estrutura da demonstração do resultado, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais em notas explicativas, incluindo análise das agregações e aberturas das informações financeiras exigidas para administração na perspectiva da IFRS 18. Para as demais normas, a Companhia avaliou e não identificou alterações que tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras.

4 PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores.

4.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

4.1.1 Atualização da receita pelo fator de capacidade

A Companhia constitui reversão ou provisão complementar de receita, conforme aplicável, com base no fator de capacidade, que é a razão entre a energia de referência (energia em MWh por ano, base de contratação junto ao PROINFA) e a sua potência instalada.

4.1.2 Vida útil dos bens do imobilizado

A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada exercício. No exercício de 2015, a Administração efetuou um estudo da vida útil estimada dos bens do imobilizado e com base nos resultados encontrados, alterou a vida útil dos Aerogeradores e Infraestruturas, aumentando de 20 para 30 anos, limitado ao prazo de autorização das usinas, quando aplicável.

4.1.3 Avaliação de instrumentos financeiros

Conforme descrito na nota 12, a Companhia usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota 12 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

4.1.4 Desmobilização de Ativos – Custos de Desmontagem

A Companhia constituiu provisão de desmobilização de ativos, para atender obrigações dos contratos de arrendamento de terrenos, que determinam a retirada dos aerogeradores ao final do contrato. Para mensurar a constituição da provisão foram estimados a valor presente os custos de desmontagem, remoção dos itens e restauração do terreno, considerando os prazos dos respectivos contratos de arrendamento de terreno, bem como foi estimada a taxa de desconto, conforme descrito na nota 9.3. A adoção das referidas premissas e estimativas, estão sujeitas a um maior grau de incertezas, o que pode resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes.

4.1.5 Estimativa da taxa incremental de arrendamentos

Os arrendamentos vigentes não possuem sua taxa de juros implícita prontamente identificável, motivo pelo qual a Companhia efetua o cálculo da taxa incremental tomando como base o custo dos encargos sobre empréstimos em condições semelhantes de aquisição em ambiente econômico similar.

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, conforme demonstrado a seguir:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldo de caixa e bancos	7	57
Aplicações financeiras	<u>38.449</u>	<u>26.974</u>
Total Caixa e Equivalentes de caixa	<u>38.456</u>	<u>27.031</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo demonstrados na data do balanço a valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Aplicações financeiras:

Agente financeiro	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	2024	2023
Banco do Brasil	BB RF LP Corp	Indefinido	97,29% CDI a.a.	-	39
Banco Itaú	ITAU TOP DI FIC R	Indefinido	104,24% CDI a.a.	-	26.935
Banco Itaú	CDB	Indefinido	97% da CDI a.a.	32.132	-
				<u>32.132</u>	<u>26.974</u>

6 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Estão demonstrados os valores a receber relativamente ao fornecimento de energia, conforme contrato firmado com a ENBPARG (PROINFA):

	2024	2023
Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. - ENBPARG	26.820	35.924

A administração da Companhia considera não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis em 31 de dezembro de 2024.

	2024	2023
A vencer (Até 30 dias)	26.820	35.924

7 APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

Conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária, foi constituída em garantia, Conta Reserva vinculada ao Contrato de Emissão de Debêntures equivalente ao valor da amortização semestral das debêntures.

As aplicações financeiras correspondem a quotas do fundo "ITAU TOP DI FIC R" mantidas no Banco Itaú, acrescidas dos rendimentos auferidos até o encerramento do exercício. Os fundos têm como meta remunerar o investimento à variação do CDI.

As aplicações derivadas destas contas correntes estão segregadas e apresentadas no ativo circulante ao final do ano de 2024:

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Indexador	2024	2023
Banco ITAU BBA	ITAU TOP DI FIC R	Indefinido	104,24% do CDI a.a.	33.751	35.241

8 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

a) Impostos Correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque é ajustado por receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente:

Reconciliação do IR/CS - Lucro Real	2024	2023
Resultado antes dos tributos	144.673	136.894
Alíquota combinada de impostos	34%	34%
Despesa fiscal à alíquota combinada	(49.189)	(46.544)
Desmobilização e arrendamentos	(1.899)	(1.236)
Provisão contingência	(31)	550
Doação	-	(5)
Realização arrendamento e aluguéis	147	425
Outras	889	297
Imposto de renda e contribuição social	(50.083)	(46.513)
Corrente	(50.083)	(46.513)
Diferido	1.562	310
Total	(48.521)	(46.203)
Alíquota efetiva	33,54%	33,75%

b) Ativo diferido referente a imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

	2024			2023		
	IR	CS	Total	IR	CS	Total
Ativo diferido						
Diferenças temporárias	1.326	516	1.842	1.614	581	2.195
Ativo Não Circulante	1.326	516	1.842	1.614	581	2.195

A variação do diferido se refere a movimentação das diferenças temporárias que se baseiam em provisões.

9.1. Ativos cedidos em garantia

Os Aero geradores que compõem máquinas e equipamentos, com valor residual contábil de R\$ 213.348 (R\$ 191.163 em 2023) foram cedidos em garantia em favor dos Debenturistas. A Companhia não tem permissão de ceder esses ativos como garantia para outros empréstimos/financiamentos ou vendê-los.

9.2. Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (*impairment*)

A Companhia avalia a cada data de apresentação os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem à perda de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado. Não há quaisquer indicativos identificados que possam resultar na redução do valor recuperável dos seus ativos em 31 de dezembro de 2024.

A Companhia possui contrato de O&M com o fornecedor dos aerogeradores, que compreende a manutenção preventiva e corretiva. Este contrato possibilita o acompanhamento contínuo dos equipamentos, e estabelece uma disponibilidade média de 97% dos aerogeradores. Os resultados obtidos, 97,80% em 2024, 97,81% em 2023, 98,82% em 2022, 99,13% em 2021 e 99,06% em 2020, indicam que as máquinas mantêm ou superam, após 17 anos de produção, a mesma disponibilidade do início da operação.

9.3. Desmobilização de ativos

A Companhia possui contratos de arrendamentos de terreno, que entre outras obrigações determinam a retirada dos aerogeradores ao final do prazo de contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 – "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes", a Companhia constituiu a provisão de desmobilização de ativos, para fazer frente às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial do ativo, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção dos itens e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27 - "Ativo imobilizado". Anualmente a Companhia realiza revisão dos custos para a realização da desmobilização em dezembro.

Provisão para desmobilização	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.506
Despesa financeira	339
Remensuração de provisão ⁽¹⁾	18.043
Saldo em 31 de dezembro de 2023	23.888
Despesa financeira	878
Saldo em 31 de dezembro de 2024	24.766

(1) No ano de 2023 a variação na provisão foi resultado da volatilidade dos preços apresentados nos orçamentos para Desmobilização dos Ativos.

10 CONTAS A PAGAR - PROINFA

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Contas a pagar PROINFA	79.067	82.943

Conforme contrato de compra e venda de Energia, celebrado com a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. – ENBPARG, denominada anteriormente Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás, o somatório das diferenças mensais apuradas durante o ano, período de 12 meses começando em janeiro e terminando em dezembro, será compensado nos pagamentos do ano subsequente. O contrato, estabelece que a parcela do ajuste será calculada pela diferença entre o produto da energia gerada no ano anterior, referida ao centro de gravidade, pelo preço ajustado pela curva do fator de capacidade e o produto da contratada no ano anterior pelo preço unitário definido no contrato, rateada igualmente pelos 12 meses do ano subsequente.

A partir do mês de junho de 2023 houve a transferência da gestão dos contratos de comercialização de energia elétrica, no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, da Eletrobrás para a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. – ENBPARG.

11 DEBÊNTURES

A Companhia realizou em 21 de outubro de 2019 sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie com garantia real, para distribuição pública, totalmente destinados à liquidação integral de todo e qualquer passivo financeiro da Companhia, sendo a diferença positiva destinada à recomposição do caixa da Companhia para condução das atividades da Companhia.

O montante total captado foi de R\$ 325.000 e o recurso entrou na Companhia no dia 30 de outubro de 2019. Foram emitidas 325.000 (trezentas e vinte e cinco mil) debêntures, sendo 227.000 (duzentas e vinte e sete mil) debêntures da Primeira Série, com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI + 0,75% ao ano, e 98.000 (noventa e oito mil) Debêntures da Segunda Série com juros remuneratórios correspondentes a IPCA + 3,25% ao ano. A amortização das debêntures e o pagamento de juros remuneratórios, ocorrerão semestralmente nos meses de dezembro e junho, sendo que a primeira amortização ocorreu em dezembro de 2019 e as últimas debêntures vencerão em dezembro de 2025. Em dezembro de 2024 foi efetivada a décima primeira amortização de debêntures.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Abertura e Saldos das Debêntures

Emissão	Taxas de Juros	Vencimento	Captação	Custo a apropriar	Saldo de Principal	Saldo de juros	Total
1ª Emissão - 1ª Série	CDI + 0,75%	31/12/2025	227.000	(283)	41.359	484	41.560
1ª Emissão - 2ª Série	IPCA + 3,25%	31/12/2025	98.000	(122)	21.231	149	21.258
			325.000	(405)	62.590	633	62.818
				2024	2023		
				Circulante		62.818	56.516
				Não Circulante		-	62.590
				Total Debêntures		62.818	119.106

11.1. Vencimento das parcelas de longo prazo

A Companhia classifica suas debêntures como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	31/12/2024	31/12/2023
2025	-	62.590
Total Passivo não Circulante	-	62.590

Movimentação das debêntures

Saldo inicial - 31/12/2022	171.627
Juros incorridos	18.359
Amortização de debêntures	(55.182)
Amortização de juros	(16.237)
Custo de captação a apropriar	539
Saldo final – 31/12/2023	119.106
Juros incorridos	11.081
Amortização de debêntures	(58.818)
Amortização de juros	(9.090)
Custo de captação a apropriar	539
Saldo final – 31/12/2024	62.818

11.2. Cláusulas contratuais restritivas – *covenants*

A Companhia emitiu debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual a partir do exercício encerrado em 2020, bem como outras condições restritivas a serem observadas, tais como:

- i) transformação da forma societária da Companhia de modo que deixe de ser uma sociedade por ações;
- ii) celebração de contratos de mútuo pela Companhia, nos quais a Companhia figure na qualidade de mutuante, sem a prévia anuência dos Debenturistas;
- iii) distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, pela Companhia, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios caso: (a) a Companhia esteja inadimplente com qualquer das obrigações pecuniárias estabelecidas na Escritura de Emissão e/ou Contrato de Garantia; e/ou (b) a Companhia não esteja cumprindo o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos);
- iv) cisão, fusão, incorporação, aquisição, constituição ou qualquer forma de reorganização societária que implique (a) alteração de controle da Companhia e/ou dos Acionistas, bem como (b) a participação da Companhia em outras sociedades, para a qual não tenha sido obtida a prévia e expressa anuência dos Debenturistas;
- v) qualquer mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle acionário da Companhia, de forma direta ou indireta, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas.

O descumprimento destas condições poderá implicar vencimento antecipado das debêntures, bem como penalidades perante os órgãos reguladores. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia cumpriu as cláusulas de *covenants* pré-estabelecidas.

12 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

12.1. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que as atividades possam continuar no seu curso normal.

A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido (Debêntures conforme nota 11, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas) e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados, conforme apresentado na nota 15).

12.1.1. Índice de endividamento

O índice de endividamento no final do período/exercício é o seguinte:

	2024	2023
Dívida (a)	62.818	119.106
Caixa, Equivalentes e aplicações vinculadas (b)	(65.894)	(62.272)
Dívida líquida	(3.076)	56.834

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Patrimônio líquido (c)	113.950	65.874
Índice de endividamento líquido	(0,03)	0,86

- (a) A dívida é definida como empréstimos e debêntures de curto e longo prazo, conforme detalhado na nota 11.
- (b) O valor é composto de caixa e equivalentes e aplicações financeiras vinculadas, conforme detalhado nas notas 5 e 7, respectivamente.
- (c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas, gerenciados como capital.

12.2. Instrumentos financeiros por categoria

	31/12/2024	31/12/2023
Ativos Financeiros		
<u>Custo Amortizado</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	32.143	27.031
Aplicações financeiras vinculadas	33.751	35.241
Contas a receber de clientes	26.820	35.924
Total dos ativos financeiros	92.714	98.196
Passivos Financeiros		
<u>Custo amortizado</u>		
Fornecedores	3.012	1.382
Contas a pagar – PROINFA	80.482	82.943
Partes relacionadas e dividendos a pagar	48.076	44.619
Debêntures	62.818	119.106
Arrendamentos	4.555	4.400
Outras obrigações	-	888
Total dos passivos financeiros	198.943	253.338

12.3. Risco de liquidez

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. O quadro a seguir resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2024 com base nos pagamentos contratuais não descontados:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Total 2024
Passivos					
Fornecedores	3.012	-	-	-	3.012
Contas a pagar – PROINFA	40.241	40.241	-	-	80.482
Partes relacionadas	48.076	-	-	-	48.076
Outras obrigações	-	-	-	-	-
Debêntures	31.232	31.586	-	-	62.818
	<u>122.561</u>	<u>71.827</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>194.388</u>
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Total 2023
Passivos					
Fornecedores	1.382	-	-	-	1.382
Contas a pagar – PROINFA	41.472	41.471	-	-	82.943
Partes relacionadas	44.619	-	-	-	44.619
Outras obrigações	888	-	-	-	888
Debêntures	34.581	33.632	67.028	-	135.241
	<u>122.942</u>	<u>75.103</u>	<u>67.028</u>	<u>-</u>	<u>265.073</u>

12.4. Risco de mercado

Se refere aos riscos de mercado e como essas mudanças refletirão nas taxas de câmbio, taxas de juros e de preços, impactando diretamente nas receitas da Companhia e valor de seus instrumentos financeiros, tendo como objetivo controlar as exposições aos riscos de mercado em parâmetros aceitáveis, otimizando seu retorno.

12.5. Gestão do risco de taxa de câmbio

O risco com taxa de câmbio é oriundo da exposição da Companhia em outras moedas estrangeiras em relação a possíveis perdas decorrentes caso haja desvalorização da moeda real (R\$) em relação a elas.

12.6. Gestão do risco de taxa de juros e índices flutuantes

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros e a índices flutuantes relacionados às variações da taxa IPCA e CDI aplicáveis às suas debêntures e aplicações financeiras.

A exposição da Companhia às taxas de juros e índices flutuantes de ativos e passivos financeiros está detalhada no item de gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

12.7. Gestão de risco de crédito

As políticas de vendas da Companhia estavam subordinadas ao contrato com a Eletrobrás, que estabelece um prazo de 20 anos contratuais e encerra-se em 2026. A partir de junho de 2023, este contrato passou a ter sua gestão pela ENBPARG.

12.8. Análise de sensibilidade

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre aplicações financeiras, empréstimos e debêntures com taxas de juros variáveis, atreladas principalmente a CDI e IPCA. A Administração da Companhia não tem conhecimento de fatos que tenham ou possam vir a ter impactos significativos neste índice de forma a afetar os resultados da Companhia. Um aumento ou redução na taxa básica do CDI é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros e IPCA ao pessoal chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração dos prováveis e possíveis impactos, sendo prováveis as taxas anuais projetadas pelo mercado e possíveis uma variação de 50% nas taxas estimadas. Sendo assim, se as taxas de juros fossem 50% mais altas/baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes, a Companhia teria o seguinte efeito no lucro do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2024.

Risco	Instrumentos	Varição de 50%
	<u>Ativo Financeiro</u>	
Baixa do CDI	Aplicações Financeiras:	65.883
	Taxa anual estimada do CDI para 2024	14,83%
	Efeito anual nas aplicações financeiras	7,42%
	Perda	(4.885)
	<u>Passivo Financeiro</u>	
Alta do CDI	Debêntures Série 1	41.560
	Taxa anual estimada de CDI + 0,75%	15,58%
	Efeito anual nas Debêntures	7,42%
	Perda	3.082
	<u>Passivo Financeiro</u>	
Alta do IPCA	Debêntures Série 2	21.258
	Taxa anual estimada de IPCA + 3,25%	5,70%
	Efeito anual nas Debêntures	2,85%
	Perda	606

12.9. Risco Operacional - Ventos

Risco decorrente de possível escassez ou excesso de ventos; a produção base dos ativos eólicos é baseada em estudos energéticos que levam em consideração a incidência média de ventos em um período, nesta metodologia é intrínseco o risco de comportamentos climáticos anômalos, que consequentemente causarão uma variação na produção de energia destes ativos. Da mesma forma, comportamento anômalos podem provocar (com

baixíssima probabilidade), rajadas de ventos excessivas acima do dimensionamento dos ativos, o que pode causar danos aos equipamentos.

12.10. Risco regulatórios

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

13 ATIVOS DE DIREITO DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

13.1. Ativo de direito de uso e passivos de arrendamento

Conforme indica o IFRS16/CPC 06 (R2) - "Arrendamentos", "arrendamento é o contrato, ou parte do contrato, que transfere o direito de usar um ativo (ativo subjacente) por um período de tempo em troca de contraprestação".

- a) Em observância ao IFRS 16/CPC 06 (R2) - "Arrendamentos", a Companhia analisou todos os contratos de arrendamentos, verificou que existem contratos de arrendamentos com valores fixos, e concluiu que os contratos se enquadram no IFRS16/CPC06 (R2) - "Arrendamentos". Ativos de direito de uso - Terrenos:

	2024			2023	
	Período de Depreciação	Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
Contrato de Locação	Até 2040	1.176	(242)	934	943
Contrato de Locação	Até 2041	1.139	(232)	907	903
Contrato de Locação	Até 2042	1.438	(278)	1.160	1.120
Contrato de Locação	Até 2045	968	(181)	787	816
		4.721	(933)	3.788	3.782

A mutação dos ativos de direito de uso está apresentada a seguir:

	Ativos de direito de USO
Saldo em 31/12/2022	3.630
Adição	354
Amortização	(202)
Saldo em 31/12/2023	3.782
Adição	165
Amortização	(159)
Saldo em 31/12/2024	3.788

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Passivos de arrendamento

	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31/12/2022	307	3.802	4.109
Adição	-	354	354
Juros	-	477	477
Transferências	270	(270)	-
Amortizações	(540)	-	(540)
Saldo em 31/12/2023	37	4.363	4.400
Adição	-	165	165
Juros	-	363	363
Transferências	802	(802)	-
Amortizações	(373)	-	(373)
Saldo em 31/12/2024	466	4.089	4.555

c) Pis e Cofins a recuperar

Os contratos de locação e arrendamentos referidos nas letras "a" e "b", são firmados com pessoas físicas, e portanto, não permitem que a Companhia utilize créditos de PIS e Cofins sobre os pagamentos efetuados aos arrendadores, conforme prescreve a legislação tributária.

d) Análise do impacto da inflação nos contratos de arrendamento

A Companhia, em conformidade com o IFRS16/CPC 06 (R2) - "Arrendamentos", na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso de arrendamentos, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação projetada nos fluxos a serem descontados, haja vista vedação imposta pela norma contábil.

Desta maneira, para atender orientações das áreas técnicas da CVM são apresentados os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso de arrendamentos, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício de dezembro de 2024.

Passivo " <i>leasing</i> " saldo final	2024
Conforme apresentado IFRS 16/CPC 06 (R2)	4.555
Com efeito da inflação	4.815
	<u>5,70%</u>
Direito de uso de arrendamentos, líquido saldo final	
Conforme apresentado IFRS 16/CPC 06 (R2)	3.788
Com efeito da inflação	4.004
	<u>5,70%</u>

Despesa financeira	
Conforme apresentado IFRS 16/CPC 06 (R2)	363
Com efeito da inflação	384
	<u>5,70%</u>
Despesa de depreciação	
Conforme apresentado IFRS 16/CPC 06 (R2)	159
Com efeito da inflação	168
	<u>5,70%</u>

13.2. Arrendamentos com remuneração variável

Determinados contratos de arrendamentos de terrenos, onde estão instalados os parques eólicos, têm prazos de duração de trinta e cinco anos, prorrogáveis por período não inferior a doze anos e apresentam remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada. A Companhia não tem a opção de adquirir os terrenos arrendados depois de expirado o prazo de duração do arrendamento. Considerando essas premissas, o IFRS 16/CPC 06 (R2) não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de exploração relacionados a esses contratos.

Desta forma, os pagamentos são reconhecidos como despesa no exercício:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Despesas arrendamentos	1.420	1.970

14 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia no ano de 2012 efetuou pagamento de IR e CSLL com créditos de impostos. Foi notificada em 2017 pela Receita Federal que não homologou a compensação declarada alegando que a receita correspondente às retenções na fonte não foi oferecida à tributação. Em 2022 foi negado o provimento à impugnação e mantida a notificação de lançamento. A administração da Companhia, suportada na avaliação de perda provável dos seus assessores jurídicos, efetuou o registro de provisão no montante de R\$ 1.534 em 31 de dezembro de 2022. No decorrer do ano de 2024 a Companhia teve um incremento de provisão no montante de R\$ 40, elevando seu saldo neste período para R\$ 1.674, conforme demonstrado no quadro abaixo:

<u>Provisões para contingências - Tributárias</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>1.534</u>
Adições (atualizações monetárias)	<u>100</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>1.634</u>
Adições (atualizações monetárias)	<u>40</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>1.674</u>

A Companhia não possui causas com riscos possíveis para o exercício de 2024.

15 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social:

O Capital Social subscrito e integralizado no montante de R\$ 35.548, é representado por 140.964.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

b.1) Reserva Legal - pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos.

b.2) Reserva de retenção de lucros - corresponde ao valor remanescente do lucro líquido do exercício de 2024 após a destinação de reserva legal e dividendos obrigatórios no montante de R\$ 41.159, os quais estão mantidos em reserva para preservação do caixa até que a Companhia esteja apta a realizar a destinação aprovada em assembleia de acionistas conforme previsto no estatuto social da Companhia.

c) Distribuição de lucro:

c.1) Conforme Estatuto Social, a distribuição de dividendos não será inferior a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Em 2024, a Companhia destinou dividendos no montante de R\$ 48.076. Esta destinação se refere ao lucro líquido de 2024 que totalizou R\$ 96.152. O montante de R\$ 43.078 foi pago em 2024, este montante é referente ao lucro líquido do exercício de 2023.

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	96.152	90.691
Reserva legal	2.382	4.535
Reserva de lucros	45.694	25.598
Destinação de dividendos	48.076	43.078
Aumento de capital	-	17.480
	<u>96.152</u>	<u>90.691</u>
Dividendo distribuído no ano	43.078	25.656

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c.2) A Companhia cumpre a política de distribuição de dividendos que está em seu Estatuto Social, o qual determina a destinação mínima de dividendos de 50% do lucro líquido, após as destinações legais, e consideração a cláusulas restritivas de distribuição de dividendos.

c.3) A Companhia apresenta em seu patrimônio líquido uma reserva no montante de R\$ 7.110, correspondente ao percentual máximo previsto em lei para esta reserva, que é de 20% de seu capital social.

16 RECEITA

A seguir, segue a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado dos períodos:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita bruta		
Venda de energia	247.781	251.087
Impostos sobre vendas	<u>(22.904)</u>	<u>(23.105)</u>
Receita líquida	<u>224.877</u>	<u>227.982</u>

17 DESPESA CLASSIFICADA POR FUNÇÃO E NATUREZA

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Despesas classificadas por função		
Custos da operação	(71.346)	(81.513)
Gerais e administrativas	(8.349)	(5.501)
Outras receitas operacionais	4.572	5.923
Total	<u>75.123</u>	<u>81.091</u>
Despesas classificadas por natureza		
Custo de operação e manutenção	(44.180)	(45.904)
Encargos uso do sistema e produção	(11.562)	(13.409)
Arrendamentos	(1.420)	(1.970)
Depreciação e amortização	(14.184)	(20.230)
Despesa com seguros	(1.992)	(1.664)
Despesa com serviços profissionais	(3.337)	(1.758)
Outras despesas administrativas	(3.020)	(2.079)
Outras receitas operacionais	4.572	5.923
Total	<u>75.123</u>	<u>81.091</u>

18 RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receitas aplicações financeiras	8.495	10.531
Receitas financeiras	<u>8.495</u>	<u>10.531</u>
Despesa com juros	(11.081)	(18.359)
Comissionamento	(738)	(539)
Despesa financeira com desmobilização	(878)	(339)
Despesa financeira arrendamento	(363)	(477)
Outros	(516)	(814)
Despesas financeiras	<u>(13.576)</u>	<u>(20.528)</u>

19 RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a quantidade das ações do exercício.

O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a quantidade das ações no respectivo exercício, considerando os efeitos diluídos, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41, equivalente à IAS 33 - "Resultado por Ação". A Companhia não possui instrumentos com efeito diluível.

Resultado por ação	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<u>Numerador</u>		
Lucro disponível aos acionistas	96.152	90.691
<u>Denominador</u>		
Número de ações	140.964	140.964
Lucro por ação – básico e diluído	0,68	0,64

20 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controlador direto a Rio Sul 1 Energia Ltda. com 90% das ações, a Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda. possui participação indireta com 10% das ações.

A Companhia não possui contratos de mútuos com as partes relacionadas, exceto contratos de prestação de serviços relacionados a operação e gestão dos parques eólicos.

20.1. Transações comerciais

	Valores a pagar para partes relacionadas	
	2024	2023
Passivo (a)		
Circulante		
Fornecedores		
Elecnor do Brasil Ltda.	-	153
Statkraft AS	5	-
Statkraft Energias Renováveis S.A.	4	-
Enerfín Sociedade de Energia Ltda.	1.417	1.388
Total	1.426	1.541
	2024	2023
Resultado (a)		
Custos da operação – aquisição de serviços		
Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda.	32.365	30.425
Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda.	4.424	12.884
Statkraft Energias Renováveis S.A.	9	-
Statkraft AS	5	-
Elecnor do Brasil Ltda.	-	2.031
Total	36.803	45.340

(a) Os serviços prestados por partes relacionadas seguem condições específicas estabelecidas no contrato firmado entre as partes e referem-se a serviços de operação, manutenção e gestão da exploração dos parques instalados. A empresa Elecnor do Brasil Ltda deixou de ser parte relacionada quando realizada a venda para o Grupo Statkraft conforme descrito no contexto operacional.

20.2. Dividendos

	2024	2023
Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda.	4.808	4.308
Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE - G	-	4.308
Rio Sul 1 Energia Ltda.	43.268	34.462
Total	48.076	43.078

20.3. Remuneração do pessoal-chave da administração

A Companhia não efetuou pagamento a título de remuneração aos administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.